



TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro
RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Estado do Amazonas

PROCESSO Nº 1988/ 2011 (3 volumes)

ASSUNTO: Prestação de Contas Anuais Prefeitura Municipal de Novo Airão.

RESPONSÁVEL: Sr. Leosvaldo Roque Migueis.

RELATORA: Conselheira Substituta Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Voto – Destaque

Considerando o inciso VI, do artigo 71 da Constituição da República de 1988, *verbis*:

“Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

...

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município”;

Considerando o inciso V, do artigo 40 da Constituição do Estado do Amazonas de 1989, *verbis*:

“ ART. 40. O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

...

V - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado a Municípios, mediante convênios, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres”;

Considerando o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 9604, de 5.12.1998, que dispõe:

“ Art. 1º A prestação de conta da aplicação dos recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, a que se refere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, será feita pelo beneficiário diretamente ao Tribunal de Contas do Estado ou do Distrito Federal, no caso desses entes federados, e à Câmara Municipal, auxiliada pelos Tribunais de Contas dos Estados ou Tribunais de Contas dos Municípios ou Conselhos de Contas dos Municípios, quando o beneficiário for o Município, e também ao Tribunal de Contas da União, quando por este determinado.

Parágrafo único. É assegurado ao Tribunal de Contas da União e ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo da União o acesso, a qualquer tempo, à documentação e comprobatória da execução da despesa, aos registros dos programas e a toda documentação pertinente a assistência social custeada com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 2º Os recursos poderão ser repassados automaticamente para o fundo estadual do Distrito Federal ou municipal



TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro
RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Estado do Amazonas

independentemente de celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato, desde que atendidas as exigências deste artigo pelo respectivo Estado, Distrito Federal ou Município.

*Parágrafo único. Os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social recebidos pelos fundos estaduais, municipais ou do Distrito Federal, na forma prevista no **caput**, serão aplicados segundo as prioridades estabelecidas nos planos de assistência social aprovados, pelos respectivos conselhos, buscando, no caso de transferência aos fundos municipais, a compatibilização no plano estadual e respeito ao princípio de equidade”.*

Considerando a decisão preliminar do Supremo Tribunal Federal, de 1.9.1999, publicada no Diário da Justiça de 22.10.1999, no julgamento da ADIN 1934-7 ajuizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, assim transcrita:

“...O Tribunal, por unanimidade, deferiu o pedido de medida liminar para suspender, até a decisão final da ação direta, com eficácia ex nunc, a execução e a aplicabilidade do art. 1º e seu parágrafo único da Lei federal nº 9604, de 05/12/1998, e indeferindo a liminar relativamente ao art. 2º e parágrafo dessa mesma lei”

Considerando o disposto no art. 6º-A, inciso I, alínea “a”, da Resolução TCE n. 07/2002, alterado pelas Resoluções TCE n. 02 e 03/2007, *in verbis*:

“Art. 6º-A – Das penalidades:

I - O não-cumprimento do disposto nos artigos 3º e 4º ou o cumprimento incompleto de suas disposições resultará em notificação ao responsável, para apresentação de defesa, podendo o Tribunal, aplicar multa prevista no art. 308, inciso I, da Resolução nº 04, de 23 de maio de 2002:

a) A sanção a ser aplicada será por mês de competência;” (Grifo meu)

Considerando que a remessa extemporânea da movimentação contábil por meio informatizado (sistema / ACP) referente ao exercício de 2010, deu-se nos meses de janeiro a dezembro, conforme item III, **letra “c”** da Proposta de Voto da Relatora.

Considerando que as restrições demonstradas pelo Representante Ministerial configuram grave infração a norma legal.



TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro
RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Estado do Amazonas

Assim sendo, discordo da ilustre Relatora, e concordo com o Representante Ministerial, portanto, **Voto** sugerindo ao Egrégio Tribunal Pleno, na competência estabelecida no inc. II, do art. 11, da Resolução n. 4/2002 e na 23ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 28.7.2005, ressaltando as Prestações de Contas de recursos resultantes de Convênios firmados com órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts. 71, inc. VI e 40, inc. V, da Constituição da República e do Estado do Amazonas, que:

- 1) **Emita PARECER PRÉVIO**, com fulcro no art. 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, art. 127 da CE/1989, com redação da EC n. 15/1995, art. 18, I, da LC n. 06/1991 c.c arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei n. 2.423/1996, e art. 3º, da Resolução n. 09/1997, recomendando ao Poder Legislativo do Município de Novo Airão, a **DESAPROVAÇÃO** da Prestação de Contas, relativa exercício de 2010, do Prefeito Municipal de Novo Airão, Sr. **Leosvaldo Roque Migueis**,;
- 2) **Julgue IRREGULAR**, nos termos do artigo 18, inc. II da Lei Complementar n. 6/1991 c.c os artigos 1º, inc. II, 22, inc. III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei n. 2423/1996 e art. 188, § 1º, inc. III, alíneas “b” e “c” do Regimento Interno, a Prestação de Contas, relativa ao exercício de 2010, de responsabilidade do Senhor **Leosvaldo Roque Migueis**, Prefeito do Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, à época;
- 3) Aplique ao Senhor **Leosvaldo Roque Migueis**, na forma prevista no artigo 1º, inc. XXVI, da Lei 2.423 de 10.12.1996, as seguintes **MULTAS**:
 - 3.1) **R\$ 5.000,00 (cinco mil e quinhentos reais)**, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei n. 2.423/1996 c/c o artigo 308, inciso V, alínea “a” do Regimento Interno (Resolução TCE n. 4/2002), pelo cometimento das impropriedades listadas no Parecer Ministerial nº. 6446/2008;
 - 3.2) **R\$ 9.680,04 (nove mil, seiscentos e oitenta reais e quatro centavos)**, nos termos do artigo 308, inciso I, alínea “c”, do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº. 1/2009 - TCE e artigo 6º-A, inciso I, alínea “a” da Resolução TCE n. 7/2002, alterado pelas Resoluções TCE n. 2 e 3/2007, referente ao valor de **R\$ 806,67** (oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos) **para cada mês de competência** do



TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete do Conselheiro
RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Estado do Amazonas

ACP/Captura, remetido ao Tribunal, fora do prazo previsto na Resolução nº. 7/2002, referente a todos os meses do exercício **de 2010**;

- 4)** No mais, concordo com a ilustre Relatora quanto à aplicação das multas e recomendações.

É o voto-destaque.

SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em
Manaus, de dezembro de 2011.

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro